

ESCOLHA TEMÁTICA EM TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2021-2026, E SUA RELAÇÃO COM A DEMANDA HABITACIONAL DO OESTE PARANAENSE

Recebido em: 21/08/2026

Aceito em: 30/09/2026

DOI: 10.25110/educere.v27i1.2027-12927



Wellington Francisco Bescorovaine ¹
Moacir Piffer ²

RESUMO: O estudo analisa a distribuição temática de 154 trabalhos de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo produzidos entre 2021 e 2026 em uma instituição privada de ensino superior de cidade média do Oeste do Paraná, com atenção à participação da habitação de interesse social. A pesquisa adota abordagem documental, descritiva e quantitativa, com classificação por função programática predominante e por município de implantação, além da leitura das ementas das disciplinas de projeto e de planejamento urbano. A habitação de interesse social serve de parâmetro de análise porque tem três atributos ausentes nas demais categorias. São eles previsão legal que vincula a atuação profissional, demanda mensurada e publicada por município e menção explícita em ementa de disciplina obrigatória. Os resultados indicam que 10,4% dos trabalhos tratam de habitação e que 3,9% abordam habitação de interesse social, enquanto equipamentos de saúde, cultura e assistência social concentram as maiores participações. O confronto com os dados oficiais de necessidades habitacionais do Paraná mostra distância entre a demanda registrada nos municípios de implantação e a pauta temática da formação. O texto discute implicações curriculares e limites do trabalho de conclusão como indicador formativo.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo; Ensino de Arquitetura e Urbanismo; Habitação de interesse social; Trabalho de conclusão de curso.

THEMATIC CHOICE IN FINAL UNDERGRADUATE PROJECTS IN ARCHITECTURE AND URBANISM, 2021-2026, AND ITS RELATION TO HOUSING DEMAND IN WESTERN PARANÁ

ABSTRACT: This study analyses the thematic distribution of 154 final undergraduate projects in Architecture and Urbanism produced between 2021 and 2026 at a private higher education institution in a medium-sized city in western Paraná, Brazil, with attention to the share of social housing. The research adopts a documentary, descriptive and quantitative approach, with classification by predominant programmatic function and by municipality of implementation, alongside a reading of the design and urban planning syllabuses. Social housing serves as the analytical parameter because it has three

¹ Mestre em Tecnologias Limpas pelo Centro Universitário de Maringá. Professor Adjunto da Unidade Curricular de Planejamento Urbano e Regional na Universidade Paranaense/Unipar - Toledo PR.

E-mail: wellingtonbescorovaine@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8569-742X>

² Doutor em Desenvolvimento Regional - UNISC; Docente PGDRA – UNIOESTE.

E-mail: moacir.piffer@unioeste.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3937-0941>

attributes absent from the other categories. These are specific legal provision that binds professional practice, demand measured and published at municipal level, and explicit mention in the syllabus of a compulsory course. Results indicate that 10.4% of the projects address housing and that 3.9% address social housing, while health, cultural and social assistance facilities account for the largest shares. A comparison with official housing needs data for Paraná shows a distance between registered regional demand and the thematic agenda of the training. The text discusses curricular implications and the limits of the final project as a formative indicator.

KEYWORDS: Architecture and Urbanism education; Curriculum; Final undergraduate project; Social housing.

ELECCIÓN TEMÁTICA EN TRABAJOS DE FIN DE CARRERA DE ARQUITECTURA Y URBANISMO, 2021-2026, Y SU RELACIÓN CON LA DEMANDA HABITACIONAL DEL OESTE DE PARANÁ

RESUMEN: El estudio analiza la distribución temática de 154 trabajos de fin de carrera en Arquitectura y Urbanismo producidos entre 2021 y 2026 en una institución privada de educación superior de una ciudad media del oeste de Paraná, Brasil, con atención a la participación de la vivienda de interés social. La investigación adopta un enfoque documental, descriptivo y cuantitativo, con clasificación por función programática predominante y por municipio de implantación, además de la lectura de los programas de las asignaturas de proyecto y de planificación urbana. La vivienda de interés social sirve de parámetro de análisis porque tiene tres atributos ausentes en las demás categorías. Son ellos previsión legal que vincula la actuación profesional, demanda medida y publicada por municipio y mención explícita en el programa de una asignatura obligatoria. Los resultados indican que el 10,4% de los trabajos trata de vivienda y que el 3,9% aborda vivienda de interés social, mientras que los equipamientos de salud, cultura y asistencia social concentran las mayores participaciones. La comparación con los datos oficiales de necesidades habitacionales de Paraná muestra distancia entre la demanda registrada en los municipios de implantación y la agenda temática de la formación. El texto discute implicaciones curriculares y límites del trabajo de fin de carrera como indicador formativo.

PALABRAS CLAVE: Currículo; Enseñanza de Arquitectura y Urbanismo; Trabajo de fin de carrera; Vivienda de interés social.

1. INTRODUÇÃO

O acesso à moradia adequada integra o rol de direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 e organiza boa parte da agenda urbana brasileira desde então. A mensuração desse direito não atendido ocorre por meio do indicador de déficit habitacional, calculado pela Fundação João Pinheiro em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação. Para 2024, o indicador nacional alcançou 5.773.983 domicílios, o equivalente a 7,4% do total de domicílios particulares ocupados no país. O componente

de maior peso permanece o ônus excessivo com aluguel urbano, que atingiu 3.587.777 domicílios no mesmo ano.

No Paraná, a Companhia de Habitação do Paraná mantém metodologia própria de aferição, com base em levantamento primário realizado junto aos 399 municípios do estado. A Pesquisa de Necessidades Habitacionais de 2023 registrou déficit habitacional total de 491.536 domicílios, dos quais 283.068 correspondem ao déficit quantitativo urbano, 165.317 ao déficit qualitativo urbano e 43.151 ao déficit rural somado às comunidades tradicionais. O escritório regional de Cascavel, que abrange 50 municípios do Oeste do Paraná, concentrou 33.445 domicílios em situação de déficit, o equivalente a 6,8% do total estadual. Entre as famílias cadastradas como pretendentes à moradia no estado, 91,8% declararam renda de até três salários mínimos, proporção estável em relação ao levantamento anterior.

O Oeste do Paraná apresenta configuração territorial marcada por rede de cidades médias e pequenas, com colonização recente e crescimento populacional acima da média estadual em parte dos municípios. Entre os censos de 2010 e 2022, a população do estado passou de 10.266.737 para 11.444.380 habitantes, com variação de 11,5%. No mesmo período, o município sede da instituição analisada neste estudo passou de 119.002 para 150.470 habitantes, com variação de 26,4%, e o principal polo regional passou de 283.193 para 348.051 habitantes, com variação de 22,9%.

A formação do arquiteto e urbanista responde a esse quadro de modo indireto, por meio do currículo. As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, fixadas pela Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010, definem perfil de egresso capaz de atuar na concepção do espaço construído com atenção às demandas sociais e à qualidade do ambiente. A Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social às famílias de baixa renda, reforça esse campo de atuação profissional. O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, ao instituir instrumentos de indução da função social da propriedade urbana, delimita o repertório técnico esperado do profissional que atua em planejamento territorial.

Entre os componentes curriculares do curso, o trabalho de conclusão ocupa posição singular. Diferentemente das demais atividades acadêmicas, cujo tema decorre do plano de ensino, o trabalho de conclusão tem tema definido pelo próprio estudante. Essa escolha resulta de repertório acumulado ao longo da graduação, de referências

projetuais internalizadas, de percepções sobre mercado de trabalho e de valores construídos na convivência acadêmica. O conjunto dos temas escolhidos por sucessivas turmas de um mesmo curso funciona, portanto, como registro documental das prioridades que a formação consolidou. A leitura desse conjunto, quando associada ao exame das ementas do projeto pedagógico, oferece evidência empírica sobre o resultado observável do processo formativo. Pereira, Abdalla e De Stefano (2022) tomam o trabalho de conclusão em Arquitetura e Urbanismo como objeto de investigação didática e discutem os limites do formato para a articulação entre problema real e proposta projetual. Pereira (2022) examina a mesma questão em um curso federal.

A literatura sobre ensino de projeto no Brasil tem apontado a distância entre a agenda urbana socialmente prioritária e a prática projetual dominante nos ateliês. Maricato (2001) descreve o descompasso histórico entre o urbanismo ensinado nas escolas e a cidade real produzida pela autoconstrução e pela informalidade. Bonduki (1998) demonstra que a habitação social ocupou lugar periférico na trajetória da arquitetura brasileira, apesar da dimensão do problema. Rolnik (2015) situa a moradia no centro dos processos contemporâneos de financeirização do território. Esses referenciais sustentam a hipótese de que a habitação de interesse social permanece sub-representada nas escolhas temáticas estudantis, ainda que a demanda regional esteja documentada em estatísticas oficiais.

A escolha da habitação de interesse social como parâmetro de análise decorre de três atributos que a distinguem das demais categorias temáticas identificadas neste estudo. O primeiro atributo é normativo. A moradia figura como direito social no artigo 6º da Constituição Federal, a Lei nº 11.888, de 2008, vincula a atuação do arquiteto e urbanista à assistência técnica para habitação de interesse social, e o Estatuto da Cidade fixa instrumentos de política habitacional de execução municipal, sem que categorias como gastronomia, turismo e hospedagem ou esporte e lazer disponham de moldura legal equivalente. O segundo é estatístico. A habitação de interesse social é a única categoria cuja demanda se encontra medida e publicada por município, por meio do déficit habitacional e dos cadastros de pretendentes à moradia, o que permite comparação direta com a pauta temática no mesmo território escolhido para implantação dos projetos. O terceiro é curricular. A habitação social é nomeada de forma explícita na ementa de uma disciplina obrigatória de projeto, o que a torna conteúdo previsto na matriz e não apenas conteúdo possível.

Esses atributos definem o papel do tema neste estudo. A habitação de interesse social não é tratada como mais relevante que as demais categorias, nem como escolha esperada dos estudantes. Ela funciona como caso de teste, ou seja, como a única categoria em que a comparação entre oferta curricular, escolha estudantil e demanda social documentada pode ser realizada com dados de mesma base territorial. As demais categorias entram na análise como termo de comparação da distribuição, sem juízo sobre pertinência temática.

A relação entre os dois registros comparados precisa ficar explícita. O cadastro estadual de pretendentes à moradia reúne famílias que se inscreveram para receber unidade habitacional subsidiada em cada município e constitui registro oficial de demanda social manifesta por território. O conjunto dos trabalhos de conclusão registra o tema e o município escolhidos pelos estudantes, ou seja, constitui registro das prioridades que a formação consolidou, também por território. A comparação verifica se a distribuição da pauta acadêmica acompanha a distribuição da demanda registrada. Ela não supõe que o trabalho de conclusão atenda essa demanda, uma vez que se trata de exercício acadêmico sem execução, nem estabelece relação de causa entre os dois registros.

Diante desse quadro, o estudo formula a seguinte pergunta de pesquisa. Qual a participação da habitação de interesse social no conjunto dos temas escolhidos para trabalhos de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo em uma cidade média do Oeste do Paraná, e como essa participação se relaciona com as necessidades habitacionais registradas nos municípios de implantação dos projetos? O objetivo geral consiste em analisar a distribuição temática dos trabalhos de conclusão produzidos entre 2021 e 2026 em uma instituição privada de ensino superior da região. Como objetivos específicos, o estudo classifica os trabalhos por função programática predominante, identifica os municípios de implantação escolhidos, mensura a participação da habitação e da habitação de interesse social no conjunto analisado, examina o tratamento do tema habitacional nas ementas das disciplinas de projeto e de planejamento urbano previstas na matriz curricular e confronta esses resultados com os dados oficiais de necessidades habitacionais do estado do Paraná.

O texto se organiza em três partes além desta introdução. A segunda descreve os procedimentos metodológicos. A terceira apresenta e discute os resultados. A quarta

retoma o problema de pesquisa, sintetiza os achados e indica limites e desdobramentos possíveis.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adota abordagem documental, de natureza descritiva, com tratamento quantitativo dos dados, conforme a caracterização de Marconi e Lakatos (2021) para a pesquisa documental. O procedimento se aproxima da análise de conteúdo em sua etapa de categorização temática, conforme Bardin (2016), sem avançar para a inferência interpretativa sobre discursos, porque o material analisado se restringe a títulos e temas registrados em documentos institucionais.

O objeto empírico corresponde ao conjunto de trabalhos de conclusão de curso orientados no curso de Arquitetura e Urbanismo de uma instituição privada de ensino superior localizada em cidade média do Oeste do Paraná, no período de 2021 a 2026. A identificação da instituição e dos autores permanece omitida em razão da avaliação por pares e do caráter agregado da análise.

O conjunto analisado reúne 154 trabalhos, dos quais 123 concluídos entre 2021 e 2025 e 31 em desenvolvimento no ano de 2026. As fontes primárias correspondem às relações anuais de temas de trabalho de conclusão mantidas pela coordenação do curso, que registram título e tema de cada trabalho por ano letivo. Registros duplicados nos documentos de origem, decorrentes de lançamento em mais de um ano letivo, foram consolidados em uma única ocorrência. Trabalhos orientados em outra instituição e em período anterior ao recorte não integram o conjunto analisado, o que assegura homogeneidade quanto ao projeto pedagógico vigente e ao contexto regional de implantação.

A classificação funcional utilizou como critério a função programática predominante declarada no título ou no tema do trabalho. Quando o título indicava mais de um programa, prevaleceu aquele que nomeia a edificação principal. Uma biblioteca com serviço de cafeteria, por exemplo, foi classificada em cultura e patrimônio, e não em gastronomia. As categorias foram construídas de modo indutivo, a partir da leitura integral dos títulos, e consolidadas em dezesseis classes. A categoria habitação recebeu subclassificação adicional em três subgrupos, descritos na seção de resultados. O subgrupo de habitação de interesse social reuniu os trabalhos cujo título ou tema declara destinação a famílias de baixa renda, a conjuntos habitacionais de promoção pública ou a

habitação social, critério alinhado à definição adotada nos cadastros oficiais de necessidades habitacionais. Esse alinhamento é o que torna possível o confronto territorial apresentado adiante, procedimento sem equivalente para as demais categorias, que não dispõem de indicador oficial de carência por município.

A variável territorial registrou o município de implantação declarado no título ou no tema. Trabalhos sem indicação explícita de município foram classificados como não informado, sem atribuição por inferência. Esse critério preserva a confiabilidade do dado, ainda que reduza o número de casos disponíveis para a análise territorial.

O confronto entre produção acadêmica, currículo e demanda habitacional apoia-se em quatro fontes secundárias. A primeira é a Pesquisa de Necessidades Habitacionais do Paraná de 2023, publicada pela Companhia de Habitação do Paraná em 2024, que fornece dados desagregados por município para assentamentos precários, cadastro de pretendentes à moradia e situação dos planos locais de habitação de interesse social. A segunda traz os dados de déficit habitacional divulgados pelo Ministério das Cidades a partir do cálculo da Fundação João Pinheiro para o ano de 2024. A terceira vem do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na tabulação municipal publicada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, da qual foram extraídos população, domicílios particulares permanentes ocupados, condição de ocupação, densidade de moradores por dormitório e tipo de domicílio. A quarta é o projeto pedagógico do curso analisado, em sua versão vigente a partir de 2024, do qual foram extraídas a matriz curricular, a carga horária por componente e as ementas das disciplinas de projeto arquitetônico, de urbanismo e de planejamento urbano e regional. A leitura das ementas seguiu critério de menção explícita, ou seja, apenas os componentes que nomeiam a habitação social foram computados.

O que cada indicador mede precisa ficar claro, porque a comparação depende dessa definição. A Companhia de Habitação do Paraná, empresa pública estadual responsável pela política habitacional, realiza desde 2015 levantamento primário junto às prefeituras dos 399 municípios paranaenses, do qual provêm quatro medidas usadas neste estudo. O déficit quantitativo urbano mede o número de domicílios que precisam ser produzidos, por coabitação forçada, ônus excessivo com aluguel ou precariedade irreversível da construção. O déficit qualitativo urbano abrange domicílios que precisam de urbanização, regularização fundiária ou melhoria, sem necessidade de substituição. Os domicílios em assentamentos precários reúnem ocupações irregulares, favelas,

loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais degradados e cortiços. O cadastro de pretendentes à moradia reúne famílias que se inscreveram para receber unidade habitacional subsidiada, medida que registra demanda manifesta e não demanda estimada.

A população, extraída do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entra na análise como termo de referência de escala, já que valores absolutos de cadastro não são comparáveis entre municípios de portes distintos.

O tratamento dos dados consistiu em distribuição de frequências absolutas e relativas por categoria funcional, por ano e por município. Os percentuais foram calculados sobre o total de trabalhos e arredondados para uma casa decimal. A pesquisa não envolveu seres humanos e utiliza exclusivamente documentos institucionais de acesso público, o que dispensa submissão a comitê de ética conforme a Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação segue a ordem das três fontes de evidência reunidas. A primeira subseção descreve o que os estudantes escolheram projetar, a segunda situa essas escolhas no território e as confronta com a demanda habitacional registrada nos mesmos municípios e a terceira examina o que a matriz curricular oferece sobre o tema. A quarta reúne os três conjuntos de dados e discute o resultado à luz da literatura sobre ensino de projeto no Brasil.

3.1 Distribuição temática dos trabalhos

O conjunto tem 154 trabalhos, com totais anuais de 30 em 2021, 31 em 2022, 16 em 2023, 19 em 2024, 27 em 2025 e 31 em 2026. O triênio de 2021 a 2023 responde por 50,0% dos registros e o triênio de 2024 a 2026 pelos 50,0% restantes, o que distribui de modo equilibrado o peso das escolhas entre a primeira e a segunda metade do recorte. Os trabalhos de habitação de interesse social somam seis registros, presentes em quatro dos seis anos, com dois em 2021, um em 2022, dois em 2024 e um em 2026. Os anos de 2023 e 2025 não registram trabalhos nessa categoria, ainda que 2025 seja o terceiro ano com maior número de trabalhos concluídos.

O Gráfico 1 apresenta a série anual da participação da habitação de interesse social em cada turma. Cada coluna corresponde a um ano e sua altura, medida em pontos percentuais do total de trabalhos daquele ano, mostra a irregularidade do tema ao longo

do período. O rótulo acima de cada coluna traz o valor exato, e a média do período é de 3,9%.

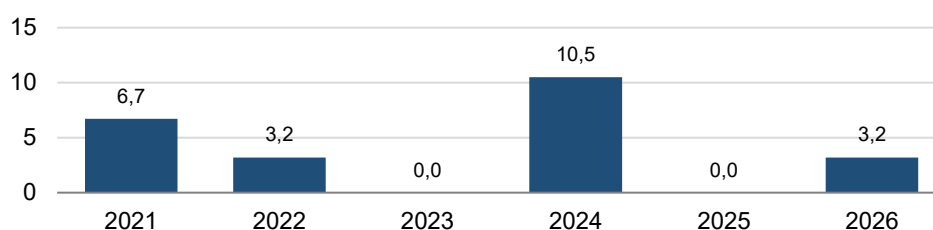


Gráfico 1: Participação anual da habitação de interesse social nos trabalhos de conclusão de curso, em percentual do total de cada ano (2021-2026)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de registros institucionais de orientação de trabalhos de conclusão de curso (2021-2026).

A classificação por função programática predominante resultou em dezesseis categorias. O Gráfico 2 ordena essas categorias por participação. A categoria habitação aparece em duas barras, uma para a habitação de interesse social e outra para a habitação de mercado somada à moradia estudantil, o que resulta em dezessete barras para dezesseis categorias. Cada barra corresponde a uma categoria e seu comprimento indica a participação no total de 154 trabalhos, valor repetido no rótulo ao final da barra. A barra em laranja assinala a habitação de interesse social, a barra em azul-claro assinala os demais arranjos residenciais e as barras em azul-escuro assinalam as demais categorias. A soma pode não totalizar 100,0% por arredondamento.

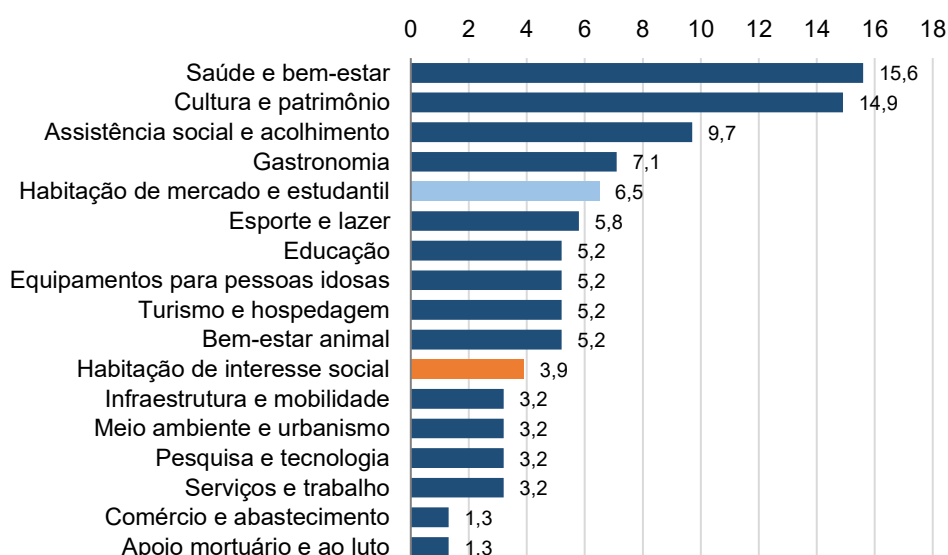


Gráfico 2: Participação das categorias temáticas nos trabalhos de conclusão de curso, em percentual do total de 154 trabalhos, com destaque da habitação de interesse social (2021-2026)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de registros institucionais de orientação de trabalhos de conclusão de curso (2021-2026).

A habitação de interesse social ocupa a décima primeira posição no Gráfico 2, com 3,9% do conjunto, e as dez categorias situadas acima dela somam 80,4% dos trabalhos. Sua participação é inferior à de bem-estar animal, à de turismo e hospedagem e à de gastronomia, e corresponde a um quarto da participação da categoria de saúde e bem-estar.

A categoria de saúde e bem-estar lidera a distribuição, com 24 trabalhos e 15,6% do total, e abrange centros de especialidades médicas, unidades oncológicas, centros de reabilitação, equipamentos de apoio à saúde mental e clínicas de terapias integrativas. Logo atrás vem cultura e patrimônio, com 23 trabalhos e 14,9%, entre centros culturais, bibliotecas, pinacoteca, casa de espetáculos, centro de eventos e intervenções em edificações religiosas e industriais. As duas somadas respondem por 30,5% do conjunto.

Em terceiro lugar aparece a habitação, com 16 trabalhos e 10,4% do total, dividida em três subgrupos. A habitação de interesse social tem seis trabalhos, 3,9% do conjunto, entre eles dois conjuntos habitacionais de interesse social, um em Assis Chateaubriand e outro na área central do município sede, um complexo habitacional para pessoas em vulnerabilidade social, uma proposta de apartamentos compactos com enquadramento declarado como habitação social, um conjunto habitacional bioclimático para famílias de baixa renda e um estudo sobre desafios construtivos, ambientais e sociais do tema no Brasil. A habitação de mercado soma nove trabalhos, com 5,8%, entre condomínios com conceitos de sustentabilidade e biofilia, edifícios de uso misto, edifício em regime de coliving, residências de alto padrão e uma casa container. A moradia estudantil tem um trabalho, o que totaliza 6,5% para os dois subgrupos reunidos em uma única barra no Gráfico 2. A produção de mercado registra, assim, 1,5 vez o número de trabalhos da habitação de interesse social.

Com 15 trabalhos e 9,7%, a categoria de assistência social e acolhimento inclui centros de acolhimento para pessoas em situação de rua, casas de abrigo, casa lar, espaços de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica e centro de apoio à população trans. Seis dessas propostas têm caráter residencial e preveem permanência prolongada dos usuários. A soma dessas seis com os seis trabalhos de habitação de interesse social resulta em 12 registros e 7,8% do conjunto, repartidos igualmente entre provisão habitacional e acolhimento institucional.

As categorias de gastronomia, de esporte e lazer e de comércio e abastecimento somam 22 trabalhos e 14,3% do total. Educação, equipamentos para pessoas idosas,

turismo e hospedagem e bem-estar animal registram oito trabalhos cada, 5,2% por categoria. As seis categorias restantes apresentam participação individual igual ou inferior a 3,2%.

3.2 Distribuição territorial e demanda habitacional no Oeste do Paraná

A distribuição funcional descrita acima ganha sentido quando associada ao território escolhido para cada projeto, porque é nesse recorte que a demanda habitacional está medida. Dos 154 trabalhos, 101 declaram município de implantação no título ou no tema, 65,6% do conjunto, e 53 não apresentam essa indicação. Os casos declarados se distribuem por vinte municípios, dezessete deles no Oeste do Paraná, e 98 dos 101 registros, ou 97,0%, se referem à mesorregião. As três exceções são Curitiba, Ariquemes, em Rondônia, e Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. O município sede da instituição concentra 60 registros, 59,4% dos casos declarados e a 39,0% do total, seguido por Marechal Cândido Rondon, com 11, e Palotina, com sete.

A concentração no município sede é resultado esperado. A proximidade física e o acesso a base cartográfica, legislação urbanística e áreas de intervenção reduzem o custo de levantamento. O dado cumpre função analítica por outra razão. Ele mostra que a maior parte dos trabalhos foi elaborada no município que tem, entre os identificados, o maior contingente populacional, o maior cadastro municipal de pretendentes à moradia, com 3.943 famílias, e o acesso mais direto a informação habitacional oficial. A concentração no município com maior volume de informação habitacional publicada afasta a hipótese de que a indisponibilidade de dados explique a escolha de outros programas. Dos 60 trabalhos ali localizados, dois tratam de habitação de interesse social, ou 3,3% do subconjunto, proporção inferior à do conjunto geral, que alcança 3,9%. Entre os 41 trabalhos declarados em outros municípios, um trata do tema, ou 2,4%. A escolha do local segue o raio de circulação do estudante, e a escolha do programa não segue a demanda registrada nesse mesmo raio.

A Tabela 1 apresenta indicadores habitacionais dos dez municípios que concentram 90 dos 101 registros com localização declarada, 89,1% desse subconjunto. Os dados provêm do Censo Demográfico de 2022, na tabulação municipal do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, e cobrem todos os municípios sem lacuna, o que permite comparação completa. A linha do Paraná serve de referência. Na tabela, domicílios ocupados corresponde a domicílios particulares permanentes ocupados,

alugados indica a proporção desses domicílios sob locação, adensamento excessivo indica a proporção com mais de dois moradores por dormitório, domicílios precários abrange casas de cômodos ou cortiços e estruturas residenciais permanentes degradadas ou inacabadas, e trabalhos recebidos corresponde ao número de trabalhos de conclusão com implantação declarada no município entre 2021 e 2026.

Tabela 1: Indicadores habitacionais dos dez municípios que concentram os trabalhos, com o Paraná como referência (Censo 2022)

Município	Domicílios ocupados	Alugados (%)	Adensamento excessivo (%)	Domicílios precários	Trabalhos recebidos
Município sede	56.384	31,6	4,6	102	60
Marechal Cândido Rondon	21.039	31,6	5,6	20	11
Assis Chateaubriand	13.912	23,9	6,4	19	3
Palotina	12.648	29,4	6,1	3	7
Terra Roxa	6.765	20,3	7,9	0	3
Nova Santa Rosa	3.106	24,1	2,8	0	1
Formosa do Oeste	3.014	16,8	4,5	3	2
São Pedro do Iguaçu	2.204	16,7	5,7	0	1
Mercedes	2.148	21,4	4,0	1	1
Entre Rios do Oeste	1.711	23,1	7,9	0	1
Paraná	4.209.483	22,7	6,5	4.675	-

Fonte: Elaborado pelos autores com base em IPARDES (2025), a partir do Censo Demográfico de 2022 do IBGE.

Dois indicadores do Censo entram no confronto. A proporção de domicílios alugados alcança 31,6% no município sede e em Marechal Cândido Rondon, contra 22,7% no Paraná, e o aluguel urbano é o componente de maior peso no déficit habitacional brasileiro, com 3.587.777 domicílios em 2024. A proporção de domicílios com adensamento excessivo, acima de dois moradores por dormitório, alcança 7,9% em Terra Roxa e em Entre Rios do Oeste e 6,4% em Assis Chateaubriand, contra 6,5% no Paraná. Os dez municípios somam 35.334 domicílios alugados e 6.549 domicílios com adensamento excessivo.

O cadastro de pretendentes à moradia acrescenta a medida de demanda manifesta, disponível para seis dos dez municípios. O município sede registra 3.943 famílias no

cadastro municipal e 653 no estadual. Assis Chateaubriand registra 1.272 famílias no cadastro estadual, o maior valor do grupo nesse indicador, com população equivalente a menos de um quarto da do município sede. Palotina registra 850 famílias e Terra Roxa 562. Os seis municípios reúnem 3.811 famílias no cadastro estadual, além de 4.357 nos cadastros municipais dos três que os mantêm. Marechal Cândido Rondon, Formosa do Oeste, Mercedes e São Pedro do Iguaçu não entregaram a pesquisa estadual na edição de 2023.

A leitura dos cadastros exige cautela. A companhia estadual observa que a ausência de cadastro único permite dupla contagem entre o registro estadual e os municipais, razão pela qual a metodologia oficial aplica desconto de 30% no cálculo do déficit quantitativo. Mesmo com esse desconto, a ordem de grandeza permanece muito superior à da produção acadêmica examinada. No conjunto do estado, o déficit qualitativo urbano cresceu 8,7% entre 2019 e 2023, de modo que a agenda habitacional regional envolve tanto provisão de novas unidades quanto qualificação de assentamentos existentes. Quanto aos planos locais de habitação de interesse social, 226 dos 399 municípios do estado declararam trabalho com o instrumento e 128 informaram plano concluído, com o município sede em fase de proposta metodológica e Assis Chateaubriand em fase de diagnóstico, estágios que demandam estudos técnicos de fundamentação. Vital (2024) descreve, para o Distrito Federal, a dependência entre a implementação da política habitacional e a capacidade administrativa local.

3.3 Conteúdo habitacional na organização curricular

Se a demanda está registrada no território e a escolha temática não a acompanha, cabe verificar o que a formação oferece sobre o tema. A leitura do projeto pedagógico do curso, em sua versão vigente a partir de 2024, permite situar o tema habitacional na estrutura curricular percorrida pelos estudantes do período analisado. O curso é oferecido em regime semestral presencial, com dez períodos e carga horária total de 3.600 horas, das quais 2.480 horas correspondem a conteúdos curriculares, 360 horas a estágio supervisionado, 360 horas a atividades complementares, 360 horas a atividades de extensão e 40 horas ao trabalho de curso, distribuídas em duas disciplinas de 20 horas nos dois últimos períodos.

O eixo de projeto tem seis disciplinas de Projeto Arquitetônico, de 80 horas-aula cada, além de disciplinas de projeto paisagístico e de interiores. Entre as seis, apenas

Projeto Arquitetônico III, ofertada no quinto período, menciona o tema de forma explícita, com previsão de exercícios projetuais de habitação social sob forma de conjuntos habitacionais e residências em série ou de uso coletivo. Projeto Arquitetônico V, no sétimo período, prevê edifício residencial sem qualificação quanto ao público atendido, e Projeto Arquitetônico VI, no oitavo período, dirige-se a edifícios comerciais, de hospedagem e hospitalares. O eixo de planejamento urbano e regional reúne quatro disciplinas de 40 horas-aula, cujas ementas tratam de políticas urbanas em escala regional, nacional e estadual, de instrumentos de gestão urbana e de propostas de intervenção regional, sem referência nominal a habitação de interesse social, a planos locais de habitação ou a assistência técnica pública para projeto de moradia.

O conteúdo habitacional de interesse social nominalmente declarado corresponde, assim, a uma disciplina de 80 horas-aula em um curso de 3.600 horas. O tema aparece no meio do percurso formativo, com intervalo de quatro períodos até o início do trabalho de curso no nono período. Parte das categorias com maior participação na pauta dos trabalhos corresponde a programas nomeados nas ementas das disciplinas de projeto dos períodos finais, que preveem edifícios comerciais, de hospedagem e hospitalares. A categoria de cultura e patrimônio, segunda na pauta, não é nomeada nessas ementas. O desenho documental deste estudo não permite estabelecer relação de causa entre a posição do tema na matriz e sua posição na pauta, mas registra a coincidência entre as duas.

3.4 Confronto entre pauta acadêmica e demanda registrada

A pauta dos trabalhos, a demanda registrada nos municípios de implantação e o conteúdo declarado nas ementas convergem para um mesmo resultado. A comparação entre a distribuição temática e os indicadores habitacionais regionais mostra assimetria em duas dimensões, uma temática e outra territorial. Na dimensão temática, equipamentos de saúde e bem-estar respondem por 15,6% dos trabalhos e equipamentos de cultura e patrimônio por 14,9%, proporções 4,0 e 3,8 vezes superiores à da habitação de interesse social, que alcança 3,9%. As quinze propostas de assistência social e acolhimento, com 9,7% do total, mostram que a preocupação com públicos vulneráveis está presente na formação, mas a tradução dessa preocupação em programa arquitetônico privilegia o equipamento coletivo de atendimento em lugar da unidade habitacional, ainda que seis dessas propostas tenham caráter residencial. O repertório projetual disponível para o tema

da vulnerabilidade se organiza, portanto, mais em torno de tipologias institucionais do que em torno da moradia.

Esse resultado dialoga com formulações consolidadas da literatura. Maricato (2001) descreve a formação como orientada por repertório associado à cidade formal, com tratamento marginal dos processos de autoconstrução e de informalidade que respondem por parcela expressiva do território urbano brasileiro. Bonduki (1998) situa historicamente a posição periférica da habitação social na produção arquitetônica brasileira, com concentração da atenção disciplinar em obras de exceção e em programas de maior visibilidade cultural. A predominância de equipamentos de saúde e de cultura no conjunto analisado reproduz, na escala do trabalho acadêmico, o padrão de visibilidade descrito pelos autores, o que sugere que o trabalho de conclusão opera como espaço de afirmação de identidade profissional, no qual o estudante seleciona o tema que considera representativo da arquitetura que pretende praticar. Rolnik (2015) acrescenta a leitura da moradia como ativo financeiro, o que ajuda a situar o peso dos nove trabalhos de habitação de mercado frente aos seis de habitação de interesse social.

Na dimensão territorial, o Gráfico 3 aproxima as duas distribuições em uma mesma base percentual. Cada município aparece em duas linhas, a primeira com sua participação no cadastro estadual de pretendentes à moradia e a segunda com sua participação no conjunto de trabalhos localizados nesses seis municípios. Em ambas, o comprimento da barra indica a participação e o rótulo ao final traz o valor exato. As barras em azul indicam a participação no cadastro e as barras em laranja a participação nos trabalhos. A comparação se restringe aos seis municípios com cadastro estadual de pretendentes à moradia publicado, que reúnem 3.811 famílias cadastradas e 75 dos 101 trabalhos com município declarado, e os percentuais têm como base esses dois totais, e não o total de 154 trabalhos. As somas podem não totalizar 100,0% por arredondamento. A comparação descreve a correspondência entre as duas distribuições. Ela não mede interesse estudantil nem oferta curricular, temas retomados adiante a partir de outros conjuntos de dados.

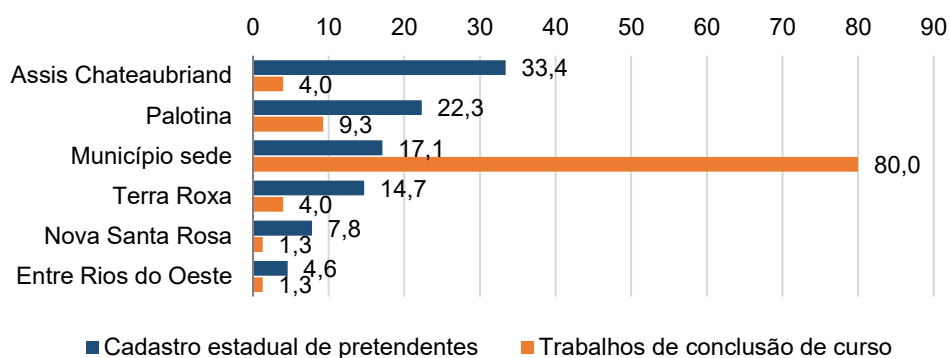


Gráfico 3: Participação de cada município no cadastro estadual de pretendentes à moradia e no conjunto de trabalhos de conclusão de curso, em percentual de cada um desses dois totais

Fonte: Elaborado pelos autores com base em COHAPAR (2024) e em registros institucionais de orientação de trabalhos de conclusão de curso (2021-2026).

Entre os seis municípios com cadastro estadual publicado, que reúnem 75 dos 101 trabalhos com município declarado, Assis Chateaubriand reúne 33,4% das famílias cadastradas e 4,0% dos trabalhos, e Palotina reúne 22,3% das famílias e 9,3% dos trabalhos. O município sede apresenta a relação inversa, com 17,1% das famílias e 80,0% dos trabalhos, e Terra Roxa registra 14,7% das famílias e 4,0% dos trabalhos. Os dois municípios com maior participação no cadastro somam 55,7% das famílias e 13,3% dos trabalhos. A ordenação pelo cadastro estadual não corresponde, portanto, à ordenação pela participação nos trabalhos.

A magnitude dessa divergência depende do instrumento de medida. O cadastro estadual não é o único registro de demanda, e a concentração dos trabalhos no município sede também responde a fatores de proximidade, conforme observado na subseção 3.2. Se em lugar do cadastro for usada a distribuição dos domicílios alugados entre os dez municípios com dado censitário completo, o município sede reúne 50,4% desses domicílios e 66,7% dos trabalhos, e Marechal Cândido Rondon reúne 18,8% e 12,2%, ou seja, uma correspondência territorial bem mais próxima. A divergência acentuada do Gráfico 3 decorre, portanto, do uso de indicador de demanda manifesta, e não se reproduz com a mesma intensidade em indicador censitário de exposição ao aluguel. As duas leituras convergem no ponto central deste estudo, uma vez que nenhuma delas altera a participação de 3,9% do tema habitacional na pauta nem a ausência do tema em dois dos seis anos.

Três fatores podem explicar o padrão observado e demandam investigação futura. São eles a estrutura curricular descrita na subseção anterior, o repertório de referências

projetuais mobilizado nas disciplinas de projeto e a percepção estudantil sobre mercado de trabalho e viabilidade profissional no campo da habitação de interesse social. O desenho documental deste estudo não permite testar essas hipóteses, que exigem abordagem complementar com aplicação de instrumentos junto a estudantes e docentes. Cabe registrar, ainda, que a ausência do tema em determinado ano não caracteriza, por si, deficiência formativa, uma vez que a formação abrange escalas e programas diversos e o trabalho de conclusão é apenas um dos componentes curriculares.

O alcance dos dados quanto à existência de uma lacuna formativa precisa ser delimitado. Sustentam três constatações, a saber que a demanda habitacional dos municípios de implantação está registrada em instrumento oficial e supera em ordem de grandeza qualquer atendimento pela via acadêmica, que a pauta dos trabalhos não acompanha essa demanda no agregado, no território nem na série anual, e que o tema tem presença nominal única e intermediária na matriz, com 80 horas-aula em 3.600, além de ausência no eixo de planejamento urbano. Não sustentam, por outro lado, a atribuição de causa entre currículo e escolha estudantil, que o desenho documental não mede. A lacuna documentada é, portanto, de correspondência entre pauta e demanda, e não de competência técnica dos egressos, que o material analisado não permite avaliar.

Os resultados indicam três frentes de ação curricular passíveis de avaliação pelos colegiados de curso. A primeira consiste na articulação entre as disciplinas de projeto e os instrumentos de planejamento habitacional municipal, já que os planos locais em estágio inicial na região oferecem material concreto para exercícios fundamentados em demanda documentada. A segunda consiste na incorporação da assistência técnica prevista na Lei nº 11.888/2008 como campo de prática acadêmica, por meio de escritórios modelo e de atividades de extensão, com possibilidade de conexão posterior com temas de trabalho de conclusão. Cardoso e Lopes (2022) registram a distância entre a previsão legal da assistência técnica e sua consolidação como prática profissional corrente. A terceira consiste na ampliação do repertório de referências projetuais de habitação apresentado nas disciplinas de projeto, uma vez que a composição desse repertório orienta a percepção estudantil sobre o que constitui produção arquitetônica relevante.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo perguntou qual a participação da habitação de interesse social no conjunto dos temas escolhidos para trabalhos de conclusão de curso em Arquitetura e

Urbanismo em uma cidade média do Oeste do Paraná, e como essa participação se relaciona com as necessidades habitacionais registradas nos municípios de implantação dos projetos.

A resposta encontrada indica participação de 3,9% do total, correspondente a seis trabalhos entre 154 analisados no período de 2021 a 2026. A categoria habitação como um todo alcança 10,4%, com dezesseis trabalhos, dos quais nove tratam de produção de mercado e um de moradia estudantil. Equipamentos de saúde e bem-estar lideram a distribuição, com 15,6%, seguidos por cultura e patrimônio, com 14,9%, e por assistência social e acolhimento, com 9,7%.

O confronto com os dados oficiais mostra que o município que concentra 59,4% dos trabalhos com localização declarada registra 3.943 famílias no cadastro municipal de pretendentes à moradia e recebeu dois trabalhos com tema de habitação de interesse social entre os 60 nele localizados. Entre os seis municípios com cadastro estadual publicado, a ordenação pela demanda registrada não corresponde à ordenação pela participação nos trabalhos. A demanda habitacional do Oeste do Paraná está documentada no território de atuação da instituição, sem correspondência proporcional na pauta temática dos trabalhos de conclusão. A leitura do projeto pedagógico vigente indica que o tema aparece de forma nominal em uma única disciplina de projeto, de 80 horas-aula em um curso de 3.600 horas, e não aparece nas ementas do eixo de planejamento urbano e regional, ao passo que parte das categorias com maior participação na pauta corresponde a programas presentes nas ementas dos períodos finais. Matriz e pauta descrevem posições convergentes do tema, sem que o desenho documental permita atribuir relação de causa entre elas.

O estudo contribui para o campo da educação superior ao propor o uso do conjunto de temas de trabalhos de conclusão como indicador documental das prioridades consolidadas por um processo formativo. Esse indicador deriva de escolha estudantil, sem mediação de plano de ensino, e permite leitura em série histórica com baixo custo de coleta. A metodologia descrita pode ser replicada por outros cursos e outras áreas, com adaptação das categorias funcionais ao objeto correspondente.

O estudo apresenta limitações que delimitam o alcance das conclusões. A análise se restringe a uma instituição e a um recorte temporal de seis anos, o que impede generalização para a formação em Arquitetura e Urbanismo no Brasil ou mesmo na região. A ausência de indicação de município em 53 dos 154 títulos, equivalentes a 34,4%

do conjunto, reduz a base de comparação territorial, e apenas dez dos vinte municípios declarados dispõem de dados habitacionais reunidos. A leitura curricular se restringe às ementas oficiais, sem exame de planos de ensino, de exercícios efetivamente aplicados ou de bibliografia adotada em sala. O desenho documental não permite identificar os fatores que determinam a escolha temática estudantil.

Como desdobramento, sugere-se a replicação do procedimento em outras instituições da região, o que permitiria verificar se o padrão observado tem caráter local ou regional. Sugere-se também a aplicação de instrumentos junto a estudantes concluintes e docentes de projeto, com o objetivo de identificar os critérios de escolha temática e as percepções sobre atuação profissional em habitação de interesse social.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Déficit habitacional no Brasil recua pelo segundo ano consecutivo e atinge o menor patamar da história**. Brasília, DF: MCid, 1 abr. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/noticia-mcid-n-2073>. Acesso em: 19 ago. 2026.

CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social: do discurso à construção da prática profissional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, e202210, 2022.

COHAPAR. Companhia de Habitação do Paraná. **Necessidades habitacionais do Paraná: pesquisa 2023 - resultados**. Curitiba: COHAPAR, 2024. Disponível em: <https://www.cohapar.pr.gov.br/PEHIS>. Acesso em: 19 ago. 2026.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2024**. Belo Horizonte: FJP, 2026. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil>. Acesso em: 19 ago. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022: população e domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUIÇÃO ANALISADA. **Projeto pedagógico do curso de Arquitetura e Urbanismo: matriz curricular 2024**. [Local omitido para avaliação duplo-cego], 2024.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Base de dados do estado: domicílios particulares permanentes ocupados por condição de ocupação, densidade de moradores por dormitório e tipo de domicílio, Paraná e municípios**. Curitiba: IPARDES, 2025. Tabulação do Censo Demográfico 2022 do IBGE. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br>. Acesso em: 19 ago. 2026.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PEREIRA, Luiz Antônio Rozendo. **A aprendizagem baseada em problemas (PBL) e a sua aplicação no trabalho de conclusão de curso (TCC) da Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2022. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

PEREIRA, Luiz Antônio Rozendo; ABDALLA, José Gustavo Francis; DE STEFANO, Ercília. Limites e possibilidades do uso do problem-based learning para trabalhos de conclusão de curso da Arquitetura e Urbanismo. **Gestão & Tecnologia de Projetos**, v. 17, n. 3, p. 117-129, 2022.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

VITAL, Melquisedeque de Salém. **Desenvolvimento e implementação da política de habitação de interesse social do Distrito Federal do Brasil entre 2000 e 2022**. 2024.

Tese (Doutoramento em Política Social) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2024.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Wellington Francisco Bescorovaine: Conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, administração do projeto, visualização, redação do rascunho original, redação, revisão e edição.

Moacir Piffer: Supervisão, orientação metodológica, validação, redação, revisão e edição.